

DESAFIOS PARA A REFORMA AGRÁRIA E PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO¹

Cléia Anice Porto²

Introdução

Num contexto de aprofundamento do padrão de desenvolvimento rural concentrador e excludente, novos e maiores desafios estão impostos à realização da reforma agrária e à ação sindical no campo. Dessa forma, a Contag se propõe a elaborar um novo **“Plano de Reforma Agrária do MSTTR”**, buscando atualizar suas formulações políticas e a sua prática sindical em relação à reforma agrária.

Esta decisão parte do fato que o Plano de Reforma Agrária governamental é restrito nas proposições e tímido nas ações, não permitindo a realização da reforma agrária massiva e de qualidade como é necessária. Aliás, esta sempre foi a tônica das ações ou dos poucos planos de governos implantados até aqui: executar programas pontuais de assentamentos para responder aos conflitos agrário e não como medida estratégica para o desenvolvimento rural.

O MSTTR – *Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais*, ao longo de sua história produziu inúmeras formulações e deliberações sobre reforma agrária em seus congressos, plenárias, seminários e outras atividades desenvolvidas pela Contag, FETAGs e STTRs. No entanto, tais construções encontram-se dispersas, carecendo de um processo de sistematização e atualização para se materializar numa plataforma política para conjunto do MSTTR.

A elaboração do plano de reforma agrária do MSTTR deve partir das orientações do PADRRS – *Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário*, que é o projeto político do MSTTR, e especificar as proposições relativas à reforma agrária. Esta proposta deverá dialogar com a realidade, as demandas da base e as diversidades regionais, para orientar e articular a prática política do MSTTR pelo direito à terra e pela qualidade dos

¹ Este texto foi originalmente escrito para servir de documento base às Plenárias Regionais e Nacional de Reforma Agrária, organizadas pelo MSTTR. Foram retiradas desta versão as questões específicas de orientação do debate em referidos eventos.

² Advogada e Assessora de Política Agrária da CONTAG.

projetos de assentamento, instrumentos fundamentais de consolidação do desenvolvimento rural sustentável e solidário.

É importante lembrar que no PADRSS a reforma agrária tem papel fundamental, como medida estratégica de ampliação e fortalecimento da agricultura familiar, base para o desenvolvimento rural sustentável e solidário. No entanto, para assegurar condições de sustentabilidade e competitividade à agricultura familiar é necessário garantir o amplo acesso à terra, aliado à políticas públicas que assegurem qualidade de vida e trabalho no campo, com atendimento amplo e de qualidade à saúde, educação e formação profissional, linhas de créditos especiais, assistência técnica e extensão rural, pesquisa e investimentos em infraestrutura social e produtiva, dentre outras ações voltadas à organização da produção.

Sem pretensões de esgotar o tema, este texto pretende apenas servir de subsídio ao debate. Nele, estão contidos elementos conjunturais do desenvolvimento rural e algumas questões para serem analisadas, complementadas ou revisadas ao longo do processo de discussão e formulação do nosso Plano de Reforma Agrária.

Elementos da conjuntura agrária:

O aprofundamento do padrão conservador de desenvolvimento rural vem amplificando as alterações que foram produzidas no campo brasileiro pelo processo de modernização da agricultura. Mais do que antes, há uma supervalorização da grande propriedade rural baseada no monocultivo, agroquímica, transgenia, geração de *commodities* agrícola e na produção para exportação como símbolos de eficiência agroindustrial. Este padrão produtivo interfere, decisivamente, no modo de vida e trabalho, na malha fundiária, na conformação dos ecossistemas e na matriz tecnológica, fazendo com que o campo, cada vez mais, se transforme em um lugar sem gente, sem recursos naturais e sem produção de alimentos.

Esta realidade vem sendo moldada ao longo dos séculos, determinada pela influência política da oligarquia rural sobre o Estado que forçou a construção de políticas e estruturas públicas que lhes permitissem condições de acesso às terras agricultáveis, a fartos investimentos, utilização predatória dos recursos naturais e de super-exploração da mão-de-obra. Se por um lado a classe dominante acumulou privilégios públicos para atender a seus interesses, por outro reagiu a qualquer iniciativa que visasse ampliar ou qualificar as políticas

Este texto foi trabalhado durante o 2º Módulo do Curso Nacional de Formação Político-sindical da ENFOC, em Brasília (DF), nos dias 01 a 12 de dezembro de 2008

públicas voltadas à qualidade de vida e trabalho da população camponesa. Com isso, as esmagadoras ações dos poderes executivo, legislativo e judiciário não respondem às principais bandeiras de luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, a exemplo da implementação da Reforma Agrária ampla, massiva e de qualidade.

Mesmo a eleição do atual presidente da República apoiado pela classe trabalhadora, não tornou possível trazer a reforma agrária para o centro da agenda política nacional. Isto, principalmente, porque as alianças políticas defensoras do agronegócio mais uma vez se estabeleceram para influenciar na composição do governo, em especial a partir da base parlamentar. Como resultado, não tem sido possível romper com os limites de ordem política, legal, administrativa e econômica que impedem os avanços da reforma agrária, fazendo com que as ações continuem lentas, atomizadas, pontuais e incapazes de produzir alterações significativas na realidade fundiária e na vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

É importante destacar que o atual estímulo à produção de agroenergias, em especial pelo etanol (álcool combustível) e pelo biodiesel produzido por soja, intensifica as dificuldades impostas ao campo, agravando a situação de concentração fundiária e dos recursos naturais, degradação ambiental e a exclusão social e produtiva. Isto porque, está sustentada nos mesmos pilares que marcaram a colonização brasileira que levaram à apropriação do território, dos bens naturais e do trabalho e se baseia na produção de monocultivos. É importante destacar que o incremento deste setor está sendo financiado, também por recursos do BNDES, que aprovou R\$19,751 bilhões para os grandes projetos, dos quais R\$10,645 bilhões foram liberados. O incremento a este setor de agroenergias está, também, estimulando uma indiscriminada entrada de capital financeiro internacional para a compra de terras e para investimento financeiro nas grandes empresas e projetos agropecuários. Mesmo com os débeis instrumentos públicos de controle, foi registrada a aquisição de mais de 31 mil imóveis em nome de pessoas físicas e mais de 2 mil em nome de empresas, com gastos superiores a *US\$10 bilhões* apenas nos primeiros meses de 2007.

Além dos agrocombustíveis, os investidores internacionais têm demonstrado grande interesse na aquisição de áreas florestadas visando o futuro mercado de carbono. Nesta esteira, também investem na compra de terras para a produção de eucalipto ou de outras espécies exóticas como teça e nimm, cujos projetos são justificados como uma medida de caráter ambiental, já que propõem o reflorestamento das áreas. Os estados mais atraentes

para o capital internacional até agora são o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Maranhão, Tocantins, Pará, São Paulo, Rio Grande do Sul e a região oeste da Bahia, onde se concentram os maiores investimentos. No entanto este fenômeno da estrangeirização das terras vem ocorrendo em todas as regiões, inclusive no litoral e em áreas de fronteiras, provocando reações de alguns setores sociais e mesmo de parte do governo, preocupados com os riscos que poderá causar à desnacionalização e à soberania territorial brasileira.

As estimativas indicam que para ampliar a produção de cana, soja e eucalipto, haverá um aumento da área plantada em torno de 100 milhões de hectares até 2020, o que representa 1/3 da área agricultável nacional. Este incremento das lavouras, junto com a entrada do capital internacional no campo vem provocando uma drástica elevação no preço das terras. Em 2007, o valor do hectare de terra aumentou 84% em Alagoas e 70% em São Paulo, apenas para citar dois exemplos de grandes áreas produtoras de álcool. É importante destacar que o aumento do preço das terras impacta, diretamente, nos custos das desapropriações para fins de reforma agrária, nos financiamentos para aquisição de imóveis pelo programa de Crédito Fundiário.

A expansão das áreas atualmente plantadas deverá, também, promover maior degradação ambiental, especialmente sobre as regiões de cerrado, que deverá abrigar novas áreas de lavoura, e a Amazônia que, além disso, deverá incorporar a atividade pecuária que será para lá deslocada. Da mesma forma, a alteração do uso das terras, substituindo o plantio de grãos para consumo humano e animal por produtos para agroenergia, também poderá comprometer a segurança alimentar da população, não apenas pela redução da quantidade produzida, mas pelo aumento do preço dos produtos alimentícios. Segundo a FAO, os preços dos produtos alimentícios já cresceram em torno de 20% a 50% a mais do que na década de 90,

O fortalecimento do agronegócio, também está impactando, de modo muito significativo, no modo de vida e na identidade cultural da população camponesa. A ampliação da concentração das terras, da produção de monoculturas e da mecanização, continua sendo fator de expulsão de muitas famílias do campo. Além disso, os baixos investimentos em infra-estrutura e serviços continuam provocando altos índices de êxodo rural, principalmente por parte da juventude que não consegue perceber atrativos para permanecer no meio rural. Da mesma forma, está havendo uma ampliação do processo de terceirização da produção de cana, realizada por vários fornecedores, inclusive estrangeiros.

Este texto foi trabalhado durante o 2º Módulo do Curso Nacional de Formação Político-sindical da ENFOC, em Brasília (DF), nos dias 01 a 12 de dezembro de 2008

Esta pressão do capital no campo, junto com as dificuldades de obtenção de renda, tem feito com que um número cada vez mais crescente de agricultores familiares, assentados e populações tradicionais sejam obrigados a “entrar no jogo” transferindo ou arrendando suas terras para o plantio de monoculturas ou adotem nelas o padrão produtivo do agronegócio. Esta situação se agrava ainda mais quando, algumas imposições legais impedem a reprodução de práticas tradicionais, a exemplo da “*lei de sementes e mudas*” que proíbe o comércio de sementes crioulas pelos agricultores familiares. Estes fatores vão desconfigurando a realidade e podem comprometer, definitivamente, o modo de vida no campo.

Outro público altamente impactado pelo aprofundamento do desenvolvimento conservador são os assalariados e assalariadas rurais. Estes representam quase 05 milhões, dentre os quais mais de 3,3 milhões não possuem carteira de trabalho assinada, segundo os dados da PNAD/2005. O alto grau de mecanização e a exigência do aumento de produtividade reduzem a quantidade de empregos e força os poucos contratados a se transformarem em “super-trabalhadores”, com longas e intensas jornadas de trabalho e poucos direitos trabalhistas. Este contexto faz aumentar os casos de mortes e doenças por exaustão e pelas péssimas condições de trabalho, além da ocorrência freqüente do trabalho escravo.

É importante reafirmar que este padrão de desenvolvimento para o campo vem sendo construído ao longo da história, determinado pelas ***alianças da classe dominante***, em torno de seu projeto político. No cenário atual, fazendeiros, capital financeiro, transnacionais, mídia e o Estado ampliam e fortalecem suas alianças para materializar e hegemonizar o agronegócio. Não é por menos que, por exemplo, a ABAG – *Associação Brasileira do Agrobusiness*, reúna entre os seus sócios a BM&F- Bolsa de Mercadorias e Futuro, o Bradesco, Rede Globo, Banco do Brasil e a Pirelli, junto com a BUNGE, ABCZ - Associação Brasileira de Criadores de Zebu e Agrocerec, dentre outros. É importante, ainda, destacar que na configuração desta aliança, a agricultura não é o setor dominante e sim altamente subordinado aos interesses e à ofensiva do setor financeiro e das grandes corporações.

Esta realidade no campo alterou, inclusive, a conformação tradicional dos inimigos da reforma agrária que não podem mais ser identificados com o Estado repressor ou o arcaico latifundiário do passado. Atualmente, grande parte dos donos das terras e dos negócios rurais são grandes empresários e investidores financeiros, que moram nos grandes centros urbanos ou no exterior e são difíceis de serem identificados. O Estado, por sua vez, passou a exercer um

Este texto foi trabalhado durante o 2º Módulo do Curso Nacional de Formação Político-sindical da ENFOC, em Brasília (DF), nos dias 01 a 12 de dezembro de 2008

controle menos repressor e mais ideológico em defesa do projeto político conservador. Com uma atuação aparentemente velada, os órgãos do poder vão conformando estruturas, políticas públicas e um aparato normativo que, se por um lado afirmam o agronegócio, por outro impõem mais dificuldades à agricultura familiar e à reforma agrária, além de criminalizar as organizações e as lutas sociais pelo direito a terra.

Esta mudança de perfil dos donos das terras e da postura do Estado, no entanto, não fez interromper o histórico ciclo de violências no campo. Pelo contrário, na proporção que se eleva a concentração fundiária também se intensificam os conflitos agrários que muitas vezes envolvem comunidade inteiras. O certo, é que junto aos modernos complexos agroindustriais, muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais continuam sendo expulsos de suas terras, ameaçados, mortos ou submetidos ao trabalho escravo.

Vale ainda um destaque para o papel crucial que a mídia exerce buscando consolidar na sociedade a ideologia do agronegócio como modelo hegemônico para o campo. Os meios de comunicação, permanentemente, o propagandeam como o setor dinâmico, eficaz, moderno e gerador de riquezas. Esta campanha ideológica foi também incorporada por outros seguimentos importantes da sociedade, a exemplo de parte da academia e das empresas de pesquisa científica, que insistem em afirmar que o agronegócio, por si só, é capaz de resolver os problemas do campo e promover o desenvolvimento rural.

E, se por um lado a mídia e outros formadores de opinião investem na reprodução desta falsa imagem do agronegócio, por outro fomentam a idéia que a reforma agrária e a agricultura familiar, além de não serem mais necessárias ao Brasil, são empecilhos ao avanço do desenvolvimento que pregam. Para fortalecer esta visão junto à sociedade, classificam os sem terra como criminosos radicais e invasores de terra, os assentados de sugadores eternos de recursos públicos e degradadores do meio ambiente, os agricultores familiares como pobres, atrasados e endividados e os assalariados rurais como analfabetos migrantes e mão-de-obra barata a ser super-explorada.

Mesmo com todo o investimento público e privado para transformar o agronegócio no modelo hegemônico para o campo, não há como negar o alto custo econômico, social e ambiental que este padrão produtivo impõe à nação. Como exemplo, basta citar que as grandes propriedades precisam de 67 hectares para gerar uma única ocupação produtiva, fomentando o desemprego. Além do mais, a expansão da monocultura provoca sérios estragos

ambientais, fazendo com que o cerrado, por exemplo, tenha 1,5% de sua área sendo desmatada anualmente e que a região da Amazônia chamada arco do desmatamento, tenha mais de 600 mil Km² das terras desflorestadas. Do ponto de vista econômico não é diferente, pois, segundo dados do governo, o agronegócio acumula dívidas em torno de R\$ 30 bilhões de recursos públicos.

Por outro lado, mesmo diante dos muitos problemas impostos à agricultura familiar e à reforma agrária, trabalhadores e as trabalhadoras rurais continuam produzindo importantes espaços de vida e de resistência às sistemáticas investidas do agronegócio e do capital sedento pelo domínio absoluto do território. Para exemplificar, basta observar que é a agricultura familiar que produz 84% da mandioca; 67% do feijão; 58% dos suínos; 54% da bovinocultura de leite; 49% do milho; 46% do trigo; 40 das aves e ovos e 31% do arroz. Além de garantir a segurança alimentar e o abastecimento do mercado interno, a produção familiar demonstra viabilidade econômica para ser competitiva, respondendo por 38% do valor bruto da produção (cerca de R\$ 57 bilhões em 2003) da produção agropecuária nacional. Da mesma forma, ampliam as oportunidades de geração de renda e de ocupações produtivas, pois geram, em média, uma ocupação para cada oito hectares utilizados e são responsáveis por 77% dos empregos no campo. Cada projeto de assentamento gera, em média, 03 ocupações produtivas por família assentada e em cada 10 empregos no campo, 08 são oriundos da agricultura familiar. Outra vantagem comparativa importante é que os estabelecimentos familiares fomentam a organização social, pois na maioria das vezes se estabelecem por meio de cooperativas e associações, além de potencializarem a produção agroecológica e a convivência equilibrada com o meio ambiente.

São os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária, assalariados e assalariadas rurais e trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, com suas dinâmicas diferenciadas de vida, trabalho e organização, que continuam garantindo a produção e a reprodução da vida no campo. O grande desafio, entretanto, é assegurar que as condições de produção, sustentabilidade e qualidade de vida não sejam apenas algumas experiências exitosas e, sim, uma realidade para toda a agricultura familiar e os assentamentos. Esta é a condição fundamental para consolidar um padrão de desenvolvimento alternativo ao agronegócio.

Portanto, neste contexto de enfrentamento ao modelo hegemônico e destruidor, o **DIREITO À TERRA** aos trabalhadores e trabalhadoras rurais por meio da Reforma Agrária,

Este texto foi trabalhado durante o 2º Módulo do Curso Nacional de Formação Político-sindical da ENFOC, em Brasília (DF), nos dias 01 a 12 de dezembro de 2008

assume um significado que vai muito além da garantia de acesso a um pedaço de chão para morar e trabalhar. A democratização do direito à terra é o elemento central para a garantia dos direitos dos povos, das comunidades e dos países, ao modo de viver, de produzir e de conservação da biodiversidade.

Para tanto, os assentamentos e as unidades familiares de produção devem ser constituídos e fortalecidos para se tornarem espaços efetivos de desenvolvimento sustentável e solidário, com conservação ambiental, produção de alimentos e organização social. Assim, faz-se necessário aprimorar a organização no processo de luta pela terra e de consolidação dos assentamentos e da agricultura familiar. Da mesma forma, é essencial o redirecionamento dos investimentos públicos no meio rural, canalizando-os para alterar ou aperfeiçoar as estruturas do Estado, as políticas públicas e os instrumentos normativos, para que promovam o desenvolvimento rural sustentável embasado na realização da reforma agrária e na ampliação e fortalecimento da agricultura familiar.

Estes objetivos devem articular uma **aliança da classe trabalhadora** em torno de um projeto político para o campo e para o País, pautado na soberania, sustentabilidade e qualidade de vida, como preconiza o PADRSS.